

O SER PRIVADO NO ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO USO E REPRESENTATIVIDADE LGBTQIA+ NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC

Private being in public space: analysis of LGBTQIA+ use and
representation in Chapecó/SC

El ser privado en el espacio público: análisis del uso y representatividad
LGBTQIA+ en la ciudad de Chapecó/SC

Vinícios Nalin*
Bruna Keschner **
Yuri Potrich Zanatta***

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil – vininalin45@gmail.com

**Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Brasil – bruna.keschner@gmail.com

***Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Brasil – yuripotrichzanatta@gmail.com

Recebido em 12/03/2024. Aceito para publicação em 04/06/2025.
Versão online publicada em 03/09/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Os espaços públicos estão em constante evolução, desenhando as relações humanas e sendo transformados por elas. Em reconhecimento a essa importância dos espaços públicos como potentes transformadores das relações sociais, buscamos refletir sobre os espaços públicos e seus usos pelas pessoas LGBTQIA+, entendendo sua espacialização pela cidade de Chapecó/SC e sua relação com os espaços de representação LGBTQIA+. Para isso, foi realizada uma pesquisa online, que nos permitiu caracterizar o público do qual falamos e cartografar seus espaços de representação. Entre diversas constatações, pode-se perceber o conservadorismo heterocisnormativo como principal dificultador das relações sociais entre a comunidade LGBTQIA+ nos espaços públicos estudados.

Palavras-chave: Espaço público. Espaços de representação. LGBTQIA+. Direito à cidade.

Abstract:

Public spaces are in constant evolution, shaping human relationships and being transformed by them. Recognizing the importance of public spaces as powerful transformers of social relations, we seek to reflect on public spaces and their uses by LGBTQIA+ individuals, examining their spatial presence in the city of Chapecó/SC and their connection with spaces of LGBTQIA+ representation. To this end, an online survey was conducted, allowing us to characterize the target population and map their spaces of representation. Among various findings, heterocisnormative conservatism emerged as the main obstacle to social relations among the LGBTQIA+ community in the public spaces analyzed.

Keywords: Public space. Representation spaces. LGBTQIA+. Right to the city.

Resumen:

Los espacios públicos están en constante evolución, moldeando las relaciones humanas y siendo transformados por ellas. En reconocimiento de esta importancia de los espacios públicos como potentes transformadores de las relaciones sociales, buscamos reflexionar sobre dichos espacios y sus usos por parte de las personas LGBTQIA+, entendiendo su espacialización en la ciudad de Chapecó/SC y su relación con los espacios de representación LGBTQIA+. Para ello, se realizó una encuesta en línea que nos permitió caracterizar al público del que hablamos y cartografiar sus espacios de representación. Entre varios hallazgos, se puede observar el conservadurismo heterocisnormativo como el principal obstáculo para las relaciones sociales de la comunidad LGBTQIA+ en los espacios públicos estudiados.

Palabras-clave: Espacio público. Espacios de representación. LGBTQIA+. Derecho a la ciudad.

1. Introdução

A análise da problemática espacial é uma ferramenta de destaque para entendermos a relação entre a sociedade e a natureza, que se articulam na produção do espaço geográfico. Considerando a relevância e a amplitude dada a esta discussão, podemos classificar o espaço em diferentes grupos (espaço público, privado, urbano, suburbano, rural, industrial, entre outros). No caso deste artigo, faremos uma análise voltada aos espaços públicos e seus usos por comunidades LGBTQIA+ na cidade de Chapecó/SC.

O espaço público é, por essência, um espaço que convive com a heterogeneidade (Delgado, 2011). Contudo, sua formação como palco de relações sociais fez com que, historicamente, o espaço público fosse tratado com certa teatralidade (Sennet, 1999) e em muitos casos, de forma conservadora. Para Sennet (1999), o homem em contexto privado é um animal - no que se trata ao olhar para as não convenções sociais e racionalidade das ações - enquanto o homem público é corrigido desta falha da natureza. Assim, as sociedades urbanas se formaram olhando para o espaço público como um espaço que demanda decoro frente a uma sociedade moldada por normas e pela polidez diante das conjunturas da moral.

Apesar de o espaço estar em constante transformação, em paralelo com a sociedade (Lefebvre, 1999; Santos, 1988), a vivência no espaço público carrega sutis heranças do século XIX, quando a sociedade oprimia os indivíduos que se portassem e/ou se expressassem de maneira distinta ao decoro estabelecido pela coletividade hegemônica. Nesse sentido, o espaço público exigiria condutas distintas daquelas realizadas no espaço privado. Os indivíduos que promoviam enfrentamentos a essas normativas, a partir de ações de natureza pessoal, questionavam o estado das coisas, ato que, em certa medida, condiz com a luta pelo direito à cidade. Hoje, vemos que ainda perduram certas rugosidades do pensamento do século XIX e, portanto, existem normativas silenciosas que definem condutas a serem seguidas no espaço

público. Quem faz o enfrentamento a essa opressão, de ação a partir de uma natureza pessoal, passa a questionar o atual estado das coisas, ato em certa medida condizente com a luta pelo direito à cidade.

É possível afirmarmos que vivemos em uma sociedade ainda enraizada em preconceitos, que padroniza corpos e comportamentos, excluindo do convívio social os que saem desse padrão (Nalin, 2023). Partindo de vivências, consideramos relevante espacializar e entender como a comunidade LGBTQIA+ de Chapecó usa, se expressa e se sente dentro da cidade. Além disso, investigar se o espaço público cumpre seu papel de propiciar um espaço de sociabilidade a todos os cidadãos.

Em análise ao cotidiano e às práticas espaciais, comumente utilizam-se, como métodos de pesquisa, trabalhos de campo de imersão, com conversas e entrevistas, obtendo informações qualitativas. Contudo, esse trabalho é fruto de uma investigação realizada ainda em contexto pandêmico,¹ quando as aglomerações estavam proibidas em Chapecó, seguindo as tendências das recomendações em nível nacional e mundial. Por esse motivo, as metodologias de análise adotadas precisaram respeitar as normas de distanciamento social. Neste caso, partiu-se da pesquisa quantitativa, realizada através de questionários online. Organizamos um questionário simples, que poderia ser respondido através do Google® formulários e ficou disponível para acesso por cinco dias. Apesar da metodologia ser majoritariamente quantitativa, recebemos respostas que nos deram base para fazermos importantes análises qualitativas em relação ao espaço público e seu uso.

A partir das respostas obtidas, elaboramos um material cartográfico para trazer representações espaciais dos nossos resultados. Além das cartografias de fluxo, pontuamos os espaços públicos de Chapecó (praças e parques) e, a partir disso, investigamos um contraponto com os espaços de sociabilidade utilizados pelos entrevistados. A escolha dos entrevistados foi feita por meio de rede de contatos dos autores, através das redes sociais, e as respostas foram obtidas de maneira voluntária e anônima. Trata, portanto, de uma discussão que aborda indivíduos LGBTQIA+ que atuam nos espaços públicos de Chapecó, discutindo a atuação de alguns desses corpos nos espaços de representação do município.

¹ A COVID-19 é uma doença que surgiu no final de 2019, e foi identificada a princípio na China. No primeiro semestre de 2020 a doença já havia atingido todos os continentes do mundo, passando a ser classificada como pandemia. Transmitida de uma pessoa para outra por meio de gotículas respiratórias, a doença pode ser prevenida por meio da lavagem das mãos e evitando aglomerações. Até o momento da produção deste artigo, ainda se instauravam medidas de isolamento social para conter a disseminação do vírus.

2. O espaço como categoria de análise

Durante a evolução da sociedade, cada elemento constrói seu papel como movimento para a totalidade (Santos, 1988). Com isso, as categorias de análise da Geografia, utilizadas como bases para seus estudos (espaço, território, paisagem, lugar, região, ambiente), formam e analisam a dimensão dos fenômenos que ocorrem e percorrem tudo aquilo que vemos e imaginamos como espaço geográfico. Dentre as categorias, o espaço é a que constitui, de modo geral, a inclusão de todas as demais a um todo. Para Santos (1988), o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço.

O espaço importa. Não se pode tratar o espaço como uma tela em branco, como se fosse passivo nas transformações sociais, pois ele também é agente, à medida que tem um papel ativo no devir social (Lefebvre, 1999; Santos, 1988). Temos, portanto, a compreensão de que a sociedade se desenvolve de acordo com as condições e possibilidades que o espaço possui. Com isso, partimos do espaço para perceber a cidade enquanto instância da vida humana, onde:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (Santos, 1988, não paginado).

Com isso, Santos (1988) buscou romper o distanciamento entre a natureza humana e natureza não humana, trazendo o espaço enquanto conceito centralizador para análise, destacando, contudo, que a relação de existência da sociedade e do espaço geográfico é interdependente. Tal afirmação concorda com Lefebvre (2013) quando este afirma que não existem relações sociais sem espaço, assim como do contrário, não existe espaço sem que haja relações sociais.

[...] é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (Lefebvre, 2001, p. 52).

Portanto, aquilo que Lefebvre (2001) traz como o direito à cidade, culmina na participação e na apropriação da espacialidade urbana enquanto um local de pertencimento, pelo qual se reivindica a urbanidade e a manifestação da simultaneidade de encontros e de lugares qualificados. Esses movimentos são percebidos, principalmente, quando se analisa o espaço urbano sabendo que, de certo modo, todas as análises sobre ele envolvem o seu uso, suas percepções e/ou suas consequências, fazendo com que os sujeitos sejam envolvidos nesse processo, direta ou indiretamente. Para Guattari e Rolnik (1986, p. 34), “o indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses, alguns são inconscientes. Outros são mais domínio do corpo, território no qual nos sentimos bem”, tornando possível assim, a interpretação dos espaços por meio do sentimento de representação, em que os sujeitos que compõem o todo sejam totalizados a partir da individualidade de cada ser.

Por meio dessa perspectiva dos espaços em sua relação aos sujeitos, pode-se analisar a espacialidade pelo recorte dos espaços vividos (Lefebvre, 2013). O espaço vivido integra a tríade espacial de Henri Lefebvre (2013), que inclui, para além deste, o espaço concebido e o percebido. Os espaços de representação (ou espaços vividos) atuam na condição de serem o locus onde ocorrem as transformações, os conflitos e as revoluções sociais; nos quais se pratica e se negam as práticas excludentes e segregadoras. Desta forma, pode-se estudar determinado espaço público valorando seu uso e se apropriando de processos, percepções e modelos que produzem a sociabilidade e representação que potencializam e exercem o seu direito de uso.

Nesta análise espacial, existem ainda separações conceituais que direcionam o olhar para diferentes pontos de observação. A divisão entre espaço público e espaço privado pode ser observada historicamente antes mesmo do século XIX, onde o espaço privado se definia por ser o espaço familiar, de conforto, enquanto o espaço público correspondia a onde se devia usar vestimentas montadas, ignorando conforto e necessidades, em prol de se obter respeito na sociedade (Sennet, 1999). Para Sennet (1999), tanto o espaço público como o privado são espaços em constante evolução. Isso pode ser observado na maneira como as mudanças dos espaços públicos e privados têm acontecido na contemporaneidade, especialmente em cidades metropolitanas, mas também em cidades médias.

A conceituação de espaço público também sofreu alterações conforme a evolução de sua importância na ciência. Dentro de uma série de definições, usaremos a definição de Indovina (2002, p. 119), que afirma: “[...] espaço público pode ser definido como todo e qualquer espaço

que tenha relação direta com a vida pública”. Assim, todos os ambientes que têm relação com as práticas de sociabilidade e reprodução social aos cidadãos podem ser denominados espaços públicos. Entretanto, devemos considerar que alguns espaços públicos não são de uso comum (Gomes, 2002; Cordeiro, 2008), como delegacias, fóruns, etc., sendo esses os espaços institucionais. Além disso, temos a categoria de espaços públicos pagos, que se constituem por bares, baladas e similares, que fazem um recorte de classe quando se trata do uso e apropriação dos mesmos.

A utilização dos espaços públicos é uma condição essencial para o exercício da cidadania, que fica impossibilitada de acontecer na sua plenitude em espaços privados, uma vez que esses, por natureza, privam o uso de agentes externos (Santos, 2012). Neste caso, todos os cidadãos devem ter o direito de expressar sua individualidade nos espaços que são de uso comum. Porém, na sociedade heteronormativa, pessoas que não se encaixam nos padrões socialmente aceitos/impostos, veem suas individualidades ameaçadas e acabam por podar a representação de suas identidades nos espaços públicos, indo de encontro com o sentido da cidade. Desta forma, o contexto coletivo ganha força frente à resistência contra dissidentes, se constituindo a partir de um caráter afetual e local, de identificação do grupo (Gallego Campos, 2010).

Essa leitura mergulha intrinsecamente na apropriação de espaços nas quais as desigualdades e exclusões socioespaciais se acentuam, assim, surgindo o uso e ocupação através das resistências. Quando tratamos da comunidade LGBTQIA+ propriamente, esse exercício se reforça diante do coletivo normativo que compõe a sociedade em sua totalidade. Segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 11-12) as “resistências não acontecem apenas pela defesa de territórios culturais próprios, muitas vezes opressivos, mas também pela organização de novas redes”, sendo assim, a busca por reivindicar espacialidades é algo que a comunidade exerce como prática cotidiana para fazer uso e representação de sua corporeidade no espaço público.

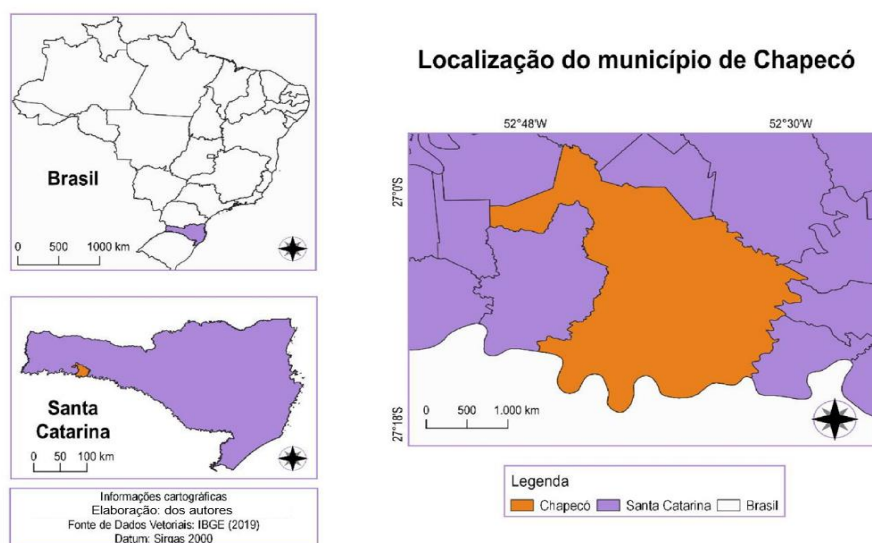
3. De onde falamos?

Sendo o espaço produto e condição das transformações sociais (Santos, 1988; Lefebvre, 2013), é essencial caracterizarmos nosso lugar de análise, com as atenções voltadas para as dimensões da espacialidade e da temporalidade. Tais dimensões precisam ser articuladas para a contextualização e o entendimento das problemáticas abordadas, visto que as práticas espaciais da atualidade em Chapecó, contraditórias e excludentes, são resultado da geo-história

de reocupação territorial do Oeste de Santa Catarina, também ligada a uma miríade de contradições (Alba, 1998).

Chapecó é uma cidade média (Matiello *et al.*, 2016), classificada como Capital Regional B (REGIC, 2018), localizada na região Oeste do estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil (Figura 1). Segundo dados do IBGE, Chapecó tem uma extensão territorial de 624,846 km² (2019), e uma população de 254.785 habitantes (IBGE, 2022), da qual, mais de 90% vive em áreas urbanas do município (2010), caracterizando-o como altamente urbanizado.

Figura 1 – Mapa de localização de Chapecó/SC



Fonte: os autores (2020)

Sua importância regional tem muita influência de seu processo de formação, não apenas da cidade em si, mas de toda a região do oeste catarinense. Antes do período do Estado Novo, a região Oeste de Santa Catarina era denominada como zona despovoada (Renk, 2004), isso porque no período que concerne ao século XIX, as políticas de ocupação territorial promovidas pelo Estado se limitavam às regiões litorâneas (Gretzler, 2011). Contudo, essa região não era desabitada, visto que a população do oeste era constituída por nativos e caboclos (Alba; Santos, 2002).

Segundo Hass (2001), a região Oeste esteve sob litígio em três momentos: entre Portugal e Espanha, no século XVIII; entre Brasil e Argentina no século XIX; e entre Paraná e Santa Catarina no século XX. A última disputa foi finalizada no ano de 1917, dando ao estado de Santa Catarina o controle das terras denominadas “Campos de Palmas”, mais tarde transformadas em quatro grandes municípios, dentre eles Chapecó (Alba; Santos, 2002; Hass, 2001).

O município de Chapecó foi criado em 25 de agosto de 1917, e naquele momento contava com uma extensão territorial de 14 mil quilômetros quadrados, permanecendo assim até a década de 1950, quando a região passou por uma série de processos de emancipação (Gretzler, 2011). O movimento inicial de reapropriação do território (colonização) se deu já no início da década de 1920 e foi feito majoritariamente por empresas colonizadoras, que ficaram encarregadas de organizar as primeiras bases de infraestrutura para a ocupação desse território até então ‘desabitado’ (Alba, 1998). As empresas colonizadoras² venderam milhares de propriedades nessa região para gaúchos, em sua maioria, descendentes de imigrantes italianos e alemães. Simultaneamente, expulsou as populações caboclas e indígenas que viviam na região – muitas vezes com grande violência – e que não tinham documentação que comprovasse a posse das terras que ocupavam (Alba, 1998; Hass, 2001).

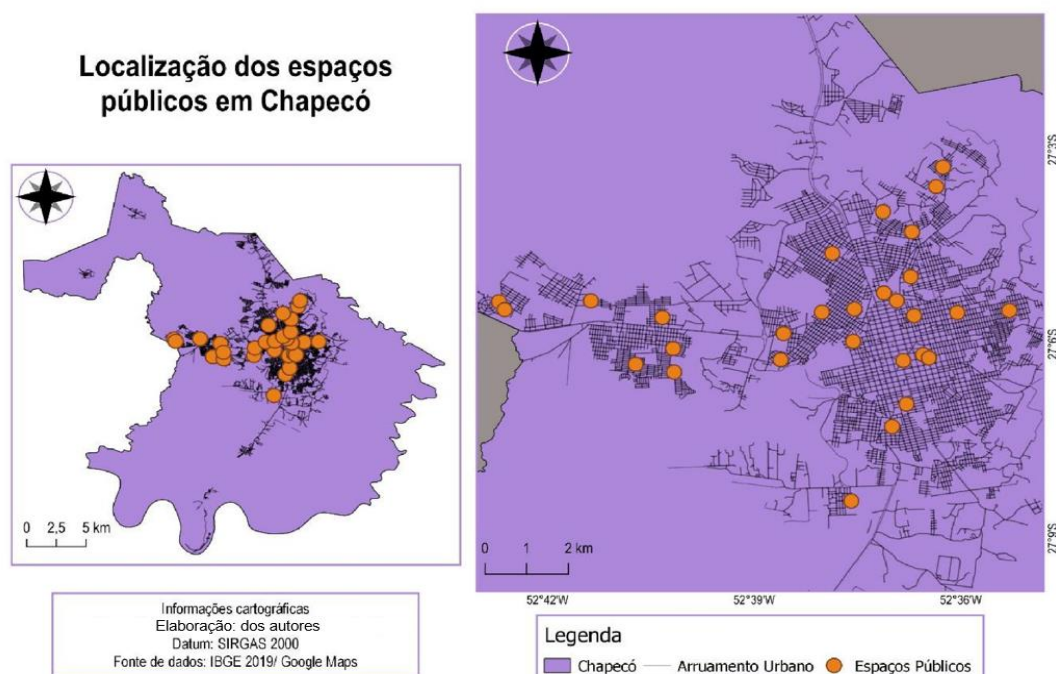
A região de Chapecó, mesmo antes de sua fundação, é marcada pela invisibilização de populações consideradas atualmente como minorias. O processo de colonização, impulsionado pela iniciativa privada, não facilitou as coisas, e os novos colonos, que carregavam consigo a ideia de supremacia europeia, fortaleceram o preconceito e a marginalização dos indígenas e caboclos em toda a região, fazendo com que houvesse a desapropriação de suas terras na justificativa de ‘civilizar’ a região (Alba, 1998; Hass, 2001; Renk, 2004; Petroli, 2008). Segundo Souza (2013, p. 52), “as estratégias de ‘invisibilização’ de agentes e práticas podem ser de dois grandes tipos [...] invisibilização por meio de representação seletiva ou ‘retocada’ da paisagem ou ainda por meio de intervenções no próprio substrato espacial material”. Essas práticas podem ser lidas como formas de estabelecer uma eugenia na paisagem, homogeneizando-a e apagando os corpos que não venham a compor o que é pré-estabelecido como a normalidade cotidiana ou mesmo como o aceitável por determinada sociedade hegemônica.

A importância que Chapecó tem na rede urbana nacional, deve-se, em grande medida, ao número expressivo de indústrias presentes na cidade (Motter, 2016). Essa importância, adquirida por uma cidade tão jovem quanto Chapecó, nos dá indícios de sua falta de planejamento urbano. O crescimento expressivo da população chapecoense nas últimas décadas não é acompanhado pela criação de infraestruturas urbanas adequadas para lazer, como os espaços públicos.

² A colonização da região era feita por diferentes empresas colonizadoras - Companhia Territorial Sul Brasil (Palmitos e São Carlos), Companhia Chapecó - Peperi Ltda (Mondai), Empresa Ernesto F. Bertaso (Chapecó), Barth, Benetti e Cia (São Miguel do Oeste) e outras - que ocupavam principalmente os caminhos junto aos leitos dos rios e de seus afluentes. Na atual Chapecó a entrada era feita passando pelo porto Goio-en, no Rio Uruguai, divisa com o Rio Grande do Sul (Alba, 1998. p. 19).

É de conhecimento que o surgimento dos espaços públicos aconteceu em paralelo ao surgimento das cidades (Carlos, 2008). Esses espaços sempre tiveram papel fundamental no desenvolvimento da vida urbana, tanto para a prática da sociabilidade, posicionamentos políticos e demandas socioespaciais, quanto como elemento identitário urbano (Sennet, 1999; Indovina, 2002). Tratando-se de Chapecó, apesar de sua população expressiva, o número de espaços públicos pode ser considerado insuficiente (Keschner, 2017). Em uma observação aérea pelo Google Maps,³ identificamos a existência de 29 espaços públicos, em 2021, que se espacializam como parques e praças; aqui levamos em consideração espaços demarcados previamente como áreas de lazer, com dimensões e infraestruturas mínimas para recreação e sociabilidade (Figura 2).

Figura 2 – Localização dos espaços públicos (parques e praças) em Chapecó/SC



Fonte: os autores (2020)

A configuração desses espaços é dada de forma mais abrangente pelo centro da cidade, com significativa distribuição ao Norte e Oeste da mesma. Seus usos se caracterizam mais como de lazer familiar e recreação,⁴ que se espalham também pela Avenida Getúlio Vargas, que

³ Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-27.0991016,-52.6568448,22328m/data=!3m1!1e3>. Busca efetuada em 26/02/2021.

⁴ É recorrente a midiáticação desses espaços como próprios para famílias, destacando-os como espaços calmos, para relaxar e que contam “com atividades para toda a família”. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/verao-em-chapeco-cinco-parques-para-aproveitar-os-dias-ensolarados/>. Acesso em jun. 2025.

apresenta atividades multifuncionais, sobretudo em espaços pagos. Bender e Góes (2022, p. 58) apontam para a “carência de espaços públicos de lazer alternativos e a deficiente infraestrutura dos que estão localizados fora da área central e pericentral de Chapecó”, sendo que os espaços favoritos indicados pelo levantamento dos autores em questão é a Avenida Getúlio Vargas e o Ecoparque, que apresentam como principal atividade cultural o chimarrão, bebida tradicional de erva-mate, popularizada pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que expressa suas origens nos povos Guarani e Quíchua (Braibante *et. al.*, 2014).

Considerando essa quantidade diminuta desses espaços públicos para a sociabilidade em Chapecó, as ruas e pontos efêmeros dentro da cidade se tornam espaços de encontro entre jovens, principalmente em período noturno. Porém, nem sempre esses espaços ocupados são públicos, contexto que Keschner (2017) qualificou como sendo composta de espaços semipúblicos de sociabilidade, como estacionamento, frentes de estabelecimentos comerciais, tele bears, entre outras espacialidades ocupadas em contextos de efemeridade e que se renovam de acordo com a ocupação pelas corporeidades em questão.

Segundo Nalin (2023), a privatização ao lazer em Chapecó (assim como em diversas cidades) é um dos principais contextos de aproximação da comunidade LGBTQIA+ com os espaços públicos e sua apropriação enquanto locus de representação. Dada a extrema força do capitalismo na atualidade, a elitização do lazer afasta as populações marginalizadas da possibilidade de acesso a espaços como bares e baladas, ou até mesmo de situar-se em eventos como as paradas de luta LGBTQIA+, que também se encontram sujeitas ao subjugo mercadológico (Barp *et al.*, 2022). Essas situações são agravadas, especialmente, nos contextos de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram diversas tribos da comunidade. Relatamos especialmente o que se trata das pessoas transsexuais, que se deparam com inúmeras dificuldades em acessar o mercado de trabalho em Chapecó e região imediata e, conseqüentemente, de disporem de uma fonte de renda (Nalin, 2023).

4. De quem falamos?

Dialogar com determinados grupos sociais requer, inicialmente, uma aproximação afetiva, seja ela por pertencimento ou simpatização com determinada causa. Diante da aproximação aos grupos LGBTQIA+ isso não se faz diferente: a própria sigla já insere um sinal de adição (+) aos simpatizantes, que não fazem parte da mesma, mas são aliados às discussões de gênero e sexualidades. Essa compreensão segue, para além da subjetividade LGBTQIA+, a

interseccionalidade e a compreensão da situação de determinados grupos, onde “quando um grupo se designa como movimento LGBT estão associadas determinadas formas de organização e pautas de reivindicações que mesmo com variações de grupo para grupo seguem, de maneira geral, alguns pressupostos e compreensões da realidade política, social e subjetiva” (Cattani, 2020, p. 82).

Assim, sendo composto por uma grande diversidade de identidades e manifestações, o cenário LGBTQIA+ na cidade de Chapecó vem se constituindo ao longo dos últimos anos através de lutas e conquistas. Segundo Cattani (2020, p. 38), o surgimento dos primeiros debates acadêmicos relacionados ao assunto aconteceu na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), através da criação do grupo de estudos “Fogueira - Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero”,⁵ em 2001, sendo que, desde sua criação, aliou a academia à militância.

Em uma jornada marcada por dificuldades, o grupo Fogueira foi aos poucos firmando sua presença na Universidade e fora dela, tornando-se referência regional para os debates de gênero e sexualidade. Além disso, figurou como elemento constituinte de alianças com demais instituições para ampliação do debate, inclusive com significativa importância no surgimento da UNA LGBT+ (União Nacional LGBT+) em Chapecó. Para Cattani (2020, p. 54), o surgimento da UNA inaugurou a “[...] possibilidade de outras formas de aparecimento público e de corporizar a política”, tornando possível a participação LGBTQIA+ diante da sociedade no enfrentamento de práticas excludentes.

Atualmente, o evento mais expressivo realizado em espaços públicos da cidade pela (e para) comunidade é a Parada de Luta LGBTQIA+ do Oeste de Santa Catarina, com sua organização sendo tocada pela União Nacional LGBT - UNA LGBT de Chapecó. Esse evento é marcado pela presença de diversas tribos da comunidade LGBTQIA+ em suas diversas manifestações. Ao longo dos anos, foi perceptível o aumento na quantidade de drag queens em Chapecó, que têm encontrado nas redes sociais (e subversivamente na cidade em si) um espaço para dar vida às suas personagens (ou alter egos) (Cattani, 2020), expressando o desenvolvimento dos debates, a criação de espaços de representação e do senso de acolhimento e pertencimento que a cidade vem passando.

⁵ A simbologia da Fogueira é usada para: “à luz de ideias, pesquisas, debates e intervenções na realidade, queimar o androcentrismo, o sexismo, a subserviência, a subjugação e a segregação enquanto racionalidades fundadoras de vários tipos de desigualdades e de opressão nas relações sociais” (Cattani, 2020, p. 38).

A performance de drag queens no espaço social da cidade surge com mais intensidade como um modo combativo às normatividades impostas às corporeidades dissidentes, uma vez que rompem com a homogeneização binária de gênero e corpos. Assim, a exportação do universo drag para fora das telas, sejam elas das redes sociais ou de programas televisivos, como *Rupaul's Drag Race*,⁶ faz com que haja a presença subversiva, incomodando a sociedade tradicional e produzindo contra espaços e resistências.

Essas expressões e lutas da comunidade LGBTQIA+ se desdobram espacialmente de modo que ultrapassam a vivência da própria comunidade queer chapecoense. O contexto geral LGBTQIA+ de Chapecó se constitui, para além de suas origens, da soma de seu entorno imediato da região, que migra para a cidade em busca de lazer e pluralidade, e pela soma de imigrantes de outras regiões do país. A partir do projeto nacional de interiorização das universidades e institutos federais no Brasil, significativos movimentos ocorreram na cidade, como a instalação do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (2006) e da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) (2009). Ambos partem diretamente das políticas públicas criadas pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a partir do ano de 2007, com uma primeira fase de expansão do Ensino Superior Federal – denominada Expansão I – e, posteriormente, a fase de criação de novos campi, entre os anos de 2011 a 2015, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) (Barros, 2015).

O programa de interiorização do ensino superior beneficiou fortemente Chapecó. As instituições instaladas exerceram papel de grande importância para a sociedade, tratando-se tanto de ganho populacional e significativo impulso no setor imobiliário, mas, ainda mais, exercendo um imenso papel social na vida de milhares de estudantes. Com isso, a pluralidade dentro das instituições de ensino tomou parâmetros não vistos em situações anteriores, com um cenário mais tradicional diante de universidades pagas. Pode-se afirmar então, que a chegada dessas instituições é um dos grandes marcos na constituição da comunidade LGBTQIA+ chapecoense, especialmente no que se trata a pluralidade corpográfica relacionada à interseccionalidade, uma vez que isso remonta diretamente ao que se expressa nas ruas da cidade atualmente (Nalin, 2023).

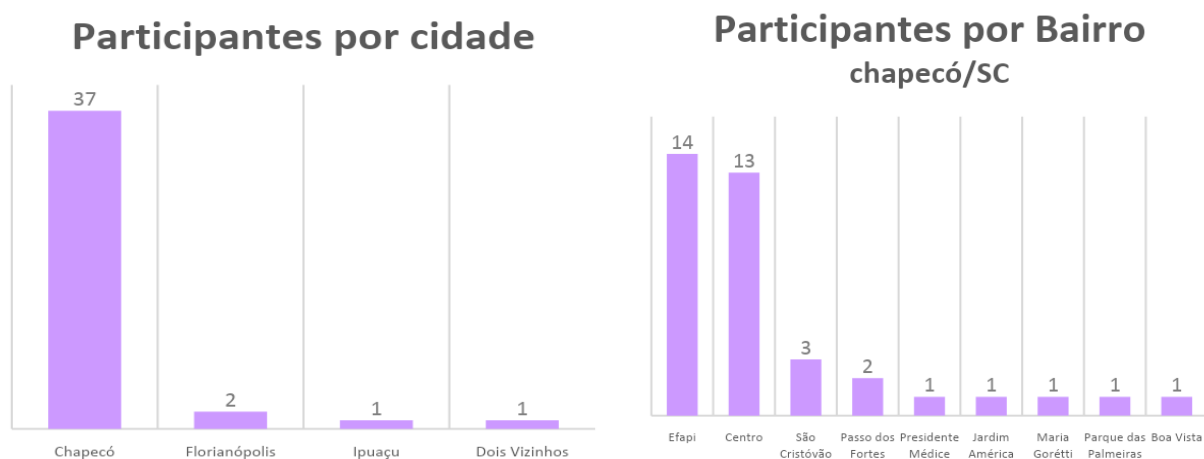
⁶ Reality show estadunidense, produzido pela World of Wonder (WoW) e distribuído pela emissora VH1. Consiste em uma competição queer que busca coroar a cada temporada a nova "America's Next Drag Superstar".

5. Com quem falamos: análises e discussões

Ao decidirmos a temática que seguiríamos neste trabalho, percebemos a necessidade de falar com os sujeitos que fazem uso direto desses espaços e que sofrem ações de fundamentos espaciais que permitem/omitem sua existência. Assim, realizamos uma pesquisa em formato de questionário (aplicado entre os dias 26 de fevereiro e 03 de março de 2021), na qual os sujeitos que responderam foram a base para o desenvolvimento das análises que seguem.

Foram coletadas ao todo 41 participações. Os respondentes, com idade entre 19 e 57 anos, possibilitaram uma vasta pluralidade ao estudo. Esses participantes da pesquisa vivem, majoritariamente, na cidade de Chapecó (Gráficos 1 e 2), correspondendo a 37/41p⁷. Além destes, dois são de Florianópolis/SC, tendo contato com Chapecó anualmente para visitar suas famílias; um participante é de Ipuacu/SC e um de Dois Vizinhos/PR. Dos moradores de Chapecó, a grande maioria é morador dos Bairros Efapi (14/41p) e Centro (13/41p).

Gráficos 1 e 2 – Perfil dos participantes - moradia



Fonte: os autores (2020)

Com relação à identidade de gênero (Gráfico 3), percebe-se que a grande maioria é representada pela cisgeneridade⁸, representando 90% dos participantes (35/39p), e 10% (04/39p) pela transgêneridade⁹. Historicamente, sabe-se que pessoas trans tendem a sofrer constantes enfrentamentos sociais devido à sua existência (Czapla, 2019), tendo questionadas suas trajetórias e vivências, além de sua presença social e espacial nas cidades.

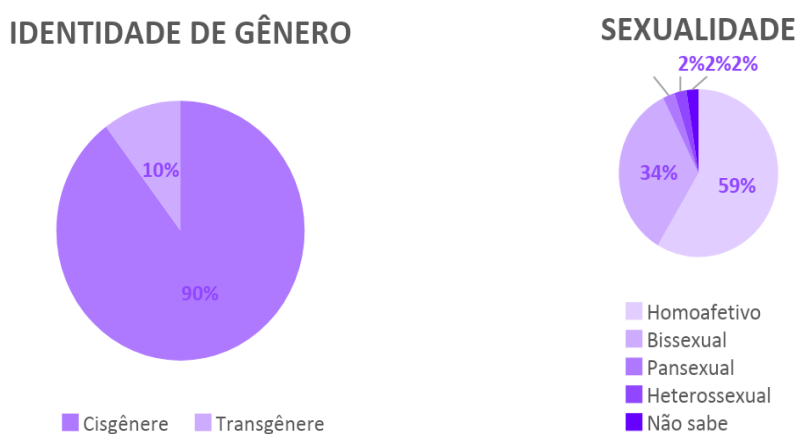
⁷ Número de referência/número total de participantes pesquisados.

⁸ Nomenclatura conferida à sujeitos que **se identificam** com a identidade de gênero atribuída em seu nascimento.

⁹ Nomenclatura conferida à sujeitos que **não se identificam** com a identidade de gênero atribuída em seu nascimento.

Buscando então compreender melhor de qual tribo da comunidade LGBTQIA+ os participantes faziam parte, foi questionado em nossa pesquisa como cada um se identificava quanto à sua sexualidade (Gráfico 4). A maioria dos participantes declarou ser homoafetivo, representando 59% dos pesquisados (24/42p), seguido por 35% de bissexuais (14/42p), 3% pansexuais e 2% heterossexuais,¹⁰ ambos representados por um participante. Por fim, 2% não sabiam responder, representado, também, por um único participante. Além desses dados, podemos perceber que há predominância da cisgeneridade no certame analisado, sendo que a maior representação está a cargo de sujeitos homoafetivos nos espaços urbanos públicos de Chapecó.

Gráficos 3 e 4 – Perfil dos participantes - identidade de gênero e sexualidade



Fonte: os autores (2020)

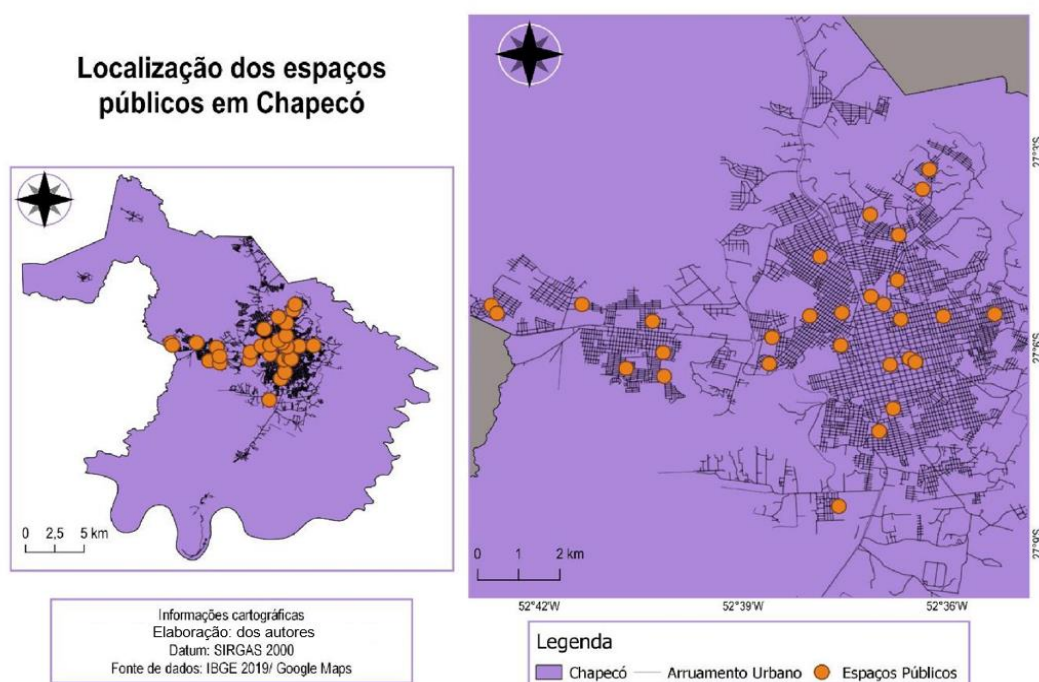
O direito à cidade consiste na busca por igualdade de uso e apropriação, bem como de tomada de decisões dentro dos espaços urbanos. Nessa discussão, Lefebvre (2001) entende que os trabalhadores têm tanto direito de usar dos elementos urbanos quanto as classes mais abastadas. Concordando com isso, neste caso, ampliamos a discussão para os grupos dissidentes que não seguem um padrão hetero-cis-normativo da sociedade. A luta pelo direito à cidade não pode ser tratada apenas como uma busca por direitos tangíveis, pois isso minimiza essa questão que é extremamente ampla (Catalão; Magrini, 2017). Esse debate transcende os direitos humanos socialmente vistos como básicos, pois implica um horizonte de ampliação das condições imediatamente já postas. Direito à cidade implica no posicionamento político e na luta por igualdade espacial, no nosso caso, no contexto das cidades.

¹⁰ Pessoas transgênero não são necessariamente homoafetivas, pois a transgeneridade não tem relação com a interpersoalidade, mas sim, relações internas.

Ao analisar o uso dos espaços urbanos de Chapecó pela comunidade LGBTQIA+, foi possível entender como o espaço público nega o direito para uma parcela da população, pois segundo os entrevistados, os espaços de Chapecó não proporcionam a eles a sensação de pertencimento, menos ainda de representatividade. A sociedade heterocisnormativa (Preciado, 2014), dentro de seu conservadorismo, age como um elemento opressor, fazendo com que poucos espaços sejam considerados “seguros” e de representatividade para esses grupos.

Ao observarmos o Mapa 3 (Figura 3), em um mapa elaborado a partir dos espaços de encontro, apropriação e representação citados pelos participantes da pesquisa, constatamos que nenhum dos espaços tidos como públicos em Chapecó são usados para a sociabilidade dos grupos entrevistados. Esse fator demonstra como a cidadania é seletiva, já que os espaços que deveriam ser destinados aos cidadãos, são de certa forma negados – por questões de segurança e pertencimento – aos grupos LGBTQIA+.

Figura 3 – Localização dos espaços de encontro em Chapecó/SC



Fonte: os autores (2020)

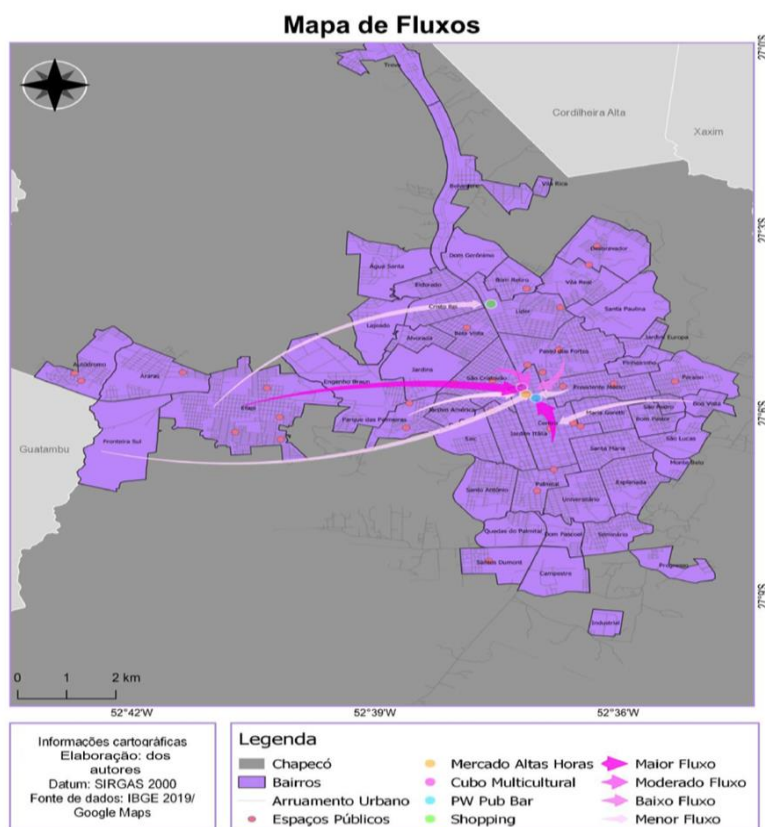
Cientes de que a maior parte do grupo de amostragem da pesquisa é morador do bairro Efapi, percebemos, observando o Mapa 4 (Figura 4), que o fluxo de deslocamentos mais significativo para os espaços de sociabilidade LGBTQIA+ acontece em direção a apropriação do bairro central da cidade (esse demonstrativo de fluxos foi desenvolvido por meio da correlação entre o bairro em que os entrevistados indicaram morar no período da coleta de dados e os

espaços que eles mencionaram comumente utilizar para sociabilidade). Destaca-se também que outros espaços descentralizados também se deslocam para essa mesma área, são eles representados pelas universidades que, como destacado anteriormente, expressam uma diversidade mais acentuada.

Esse movimento evidencia a presença das corporeidades dissidentes na cidade, mas deslocadas das áreas centrais e hegemônicas, movimentos que caracterizam a tentativa de marginalização da comunidade LGBTQIA+, deslocando-a para periferias e/ou espaços desassistidos (Nalin, 2023). Segundo a crítica literária afro-americana bell hooks, “estar à margem significa pertencer ao todo, mas estar fora do corpo principal” (hooks, 2019, p. xi), ou seja, mesmo integrando a mesma sociedade urbana, esses grupos minoritários não são vistos como integrantes efetivos e participantes do espaço e das políticas que o constituem, reforçando nossa percepção com relação a este estudo.

Segundo Lefebvre (2013), a apropriação espacial tem relação direta com espaço da vida cotidiana, acompanhado pela imaginação sobre o que se vive em determinado lugar e com seus usos. Deste modo, o exercício de remover as corporeidades simbólicas que estão se apropriando desses espaços centrais tenciona a criação de espacialidades que se originam da invenção e necessidade de representação, por mais que no espaço social ainda se mantenham as ações concebidas de ordenamento e controle dominantes (Heidrich, 2017).

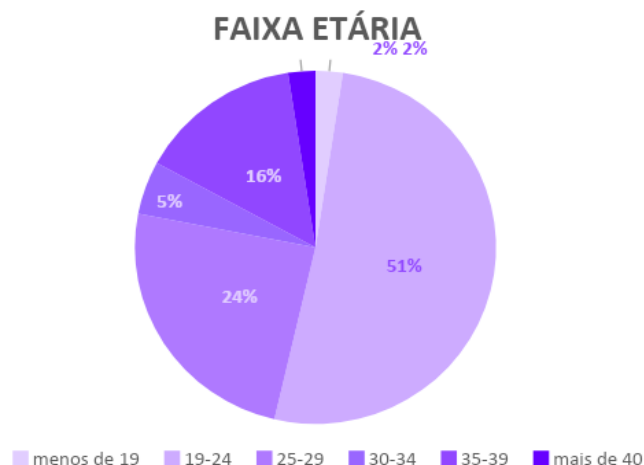
Figura 4 – Mapa de fluxos de deslocamento aos espaços



Fonte: os autores (2020)

Em uma análise da faixa etária dos participantes entrevistados (Gráfico 5), pode-se perceber que a grande maioria, representada por 51% dos participantes (21/41p), se encontram na faixa entre 19-24 anos de idade, seguida pelo grupo entre 25-29 anos, representados por 24% (10/41p), sendo que os participantes dessas faixas etárias dizem frequentar em sua maioria espaços como a Cubo Multicultural e PW Pub Bar (espaços públicos pagos). Na sequência, temos as faixas entre 30-34, com 5% (02/41p) e 35-39, com 16% (06/41p). Ambas apresentaram grande pluralidade em seus discursos de usos dos espaços públicos. No entanto, em sua maioria, foram citados espaços públicos de acesso pago, como bares, restaurantes e baladas, ou espaços privados, como suas casas e casas de amigos, como principais lugares de encontros. Por fim, tivemos um participante de 19 anos e um de 57, representados ambos por 2% (01/41p), que dizem não ter o costume de se reunir com grupos LGBTQIA+ ou reúnem-se em suas próprias residências.

Gráficos 5 – Perfil dos participantes - faixa etária



Fonte: os autores (2020)

Questionados se sentiam-se representados no conjunto de espaços públicos de Chapecó, a grande maioria, representada por 90,5% dos participantes (37/41p), nega que exista essa representação, sendo citado por alguns que o conservadorismo existente na cidade é um dos motivos que impedem esse sentimento de pertencimento. Além da expressiva porcentagem de pessoas LGBTQIA+ que não se sentem representados nos espaços urbanos públicos de Chapecó, 81% dos participantes (33/41p) dizem se sentirem de alguma forma marginalizados pela sociedade por sua identidade de gênero e/ou sexualidade, indício encontrado na seguinte afirmação proferida por um dos entrevistados: “a cultura da família tradicional brasileira enraizada no formato padrão de homem e mulher Cis, não contribui para a tranquilidade das pessoas LGBTQIA+” (Entrevistado 4). Em outras respostas, podemos identificar essa mesma insegurança e falta de representatividade:

Eu não me sinto representado na maior parte dos lugares, exceto em clubes e no shopping por serem lugares onde estamos em maior número e nos reconhecemos. Ambos os locais são espaços comerciais que se adaptam aos seus consumidores, então vejo uma representatividade artificial focada no consumo e no nicho de mercado. A cidade, em si, é planejada com pauta na heteronormatividade. Não sei dizer o que seria um espaço onde a comunidade LGBTQIA+ estivesse genuinamente representada (Entrevistado 9).

Em Chapecó como um todo não me sentia representado e tão pouco me sentia seguro, eu vivia uma situação de privilégios e sensações de segurança, mas aquela segurança plena não... (Entrevistado 40).

A sociabilidade é uma das principais atividades humanas necessárias à vida em sociedade, pois ela atravessa as relações das pessoas que acabam formando grupos que têm gostos e atividades em comum (Simmel, 1983). Existem inúmeras maneiras de estabelecer relações de sociabilidade (entre grupos sociais, grupos étnicos, e demais possíveis identificações). Pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ não precisam necessariamente (ou não deveriam precisar) buscar espaços específicos para criar ou manter relações sociais, pois, mesmo que façam parte de um grupo minoritário, ainda compõem a sociedade como um todo.

Nesse sentido, algumas entrevistas relatam que a escolha de espaços de sociabilidade não tem a ver com a sensação de pertencimento. Além disso, podemos observar o enfrentamento à segregação quando reconhecem que se encontram em todos os lugares, pois tem direito de estar ali. Estar em todos os lugares, ou não basear a escolha dos lugares na representatividade, não significa dizer que se sentem confortáveis ou seguros em todos os espaços, e isso também é relatado amplamente nas entrevistas.

Os lugares centralizadores dos encontros da comunidade são tratados por muitos entrevistados como seguros, representativos e confortáveis, mas são espaços privados, que trabalham segundo a lógica do mercado de atender determinado nicho, como vimos anteriormente nas falas sobre o shopping e demais lugares de consumo. Tais aspectos excluem parcelas significativas desses grupos, principalmente os mais jovens, que não conseguem utilizar esses espaços de maneira frequente por questões financeiras.

Pois são espaços (casas de shows) pensados especialmente para esse público, o estilo, a segurança, tudo é para manter um ambiente seguro e que nos represente, porém seguem uma linha cada vez mais "gourmetizada" e padronizada ao estereótipo do gay cis padrão, o que faz com que pessoas da comunidade que não se adequem a isso, ou que não tenham condições financeiras acabem ficando de fora. Já nas praças sempre tem o medo de "dar pinta demais" e sofrer retaliações dos outros frequentadores desses ambientes (Entrevistado 20).

A busca por acolhimento é negada também em ambientes religiosos: em uma das entrevistas encontramos a seguinte fala: "Sou Cristã e não tem igreja inclusiva em nossa cidade. As igrejas tradicionais não têm espaço para pessoas da comunidade LGBTQIA+" (Entrevistado 41). As pautas da comunidade chegam a ser tratadas de modo extremista e repletas de pudor pelo poder público e pelo poder hegemônico, o que afirma o caráter conservador e religioso ao qual a cidade foi fundada e segue sendo conduzida. Para Barp *et al.* (2022, p. 305), "a cultura Católica e o conservadorismo religioso, de maneira geral, se instalam não só no interior de uma

igreja, que apoia movimentos sociais, mas se incorporam nas famílias, nas instituições educativas, econômicas, políticas e sociais”. Dessa forma, entendemos que a falta de espaços de representatividade LGBTQIA+ na cidade de Chapecó não se encontra apenas na dimensão do lazer e do consumo, mas atinge outras esferas da vida urbana, condicionando inclusive a religiosidade e as possibilidades de expressão da própria fé.

6. Considerações finais

Ao entrar em contato com as respostas dos questionários, nos demos conta do quanto é cotidiana a temeridade desses grupos, unicamente para terem o direito de se expressar e de serem representados dentro dos espaços públicos da cidade de Chapecó. O espaço público, que é conceituado como “de todos”, “de livre acesso” ou de “convivência com o diferente”, é, na verdade, negado aos grupos dissidentes da sociedade hegemônica. Nega-se o direito de usufruir dos espaços públicos de forma plena, pois os grupos minoritários não se vêem contemplados ou representados nestes espaços. Percebemos ainda que, de certo modo, a multifuncionalidade encontrada nos espaços sociais de Chapecó é apresentada como uma forma de subversão dada pelos movimentos sociais e pelas práticas decorrentes de grupos que flexionam as normas, uma vez que os espaços públicos demarcados como existentes pelo senso comum, àqueles que remetem a praças e parques, são condicionados a práticas e usos categorizados para tais espaços.

Nosso levantamento concluiu que os espaços públicos de Chapecó, além de serem insuficientes, não são seguros para que toda a sociedade os use, condicionando a comunidade LGBTQIA+ a ficar em casa ou se reunir em torno do consumo. Quando o fazem em outros espaços, integrados à sociabilidade como um todo, precisam agir de acordo com a heterocisnormatividade e aguentar os olhares julgadores, ou mesmo manter-se em outras alternativas para as suas práticas de sociabilidade, na criação de contra espaços dissidentes, que se constituem a partir das corporeidades de quem os usufrui. Nesse sentido, há uma subversão do sentido do espaço público, pois, ao excluir determinados grupos sociais, essa prática vai contra seu papel de garantir a cidadania e o contato em sociedade. As identidades contrárias à heterocisnormatividade são constantemente negadas e marginalizadas, visto que os membros da comunidade LGBTQIA+, ao usarem esses espaços, não se sentem seguros para expressar suas identidades e estão sujeitos a represálias, comentários debochados ou ameaças à integridade física.

Apesar de estarmos vivendo em uma sociedade “livre e democrática”, a opressão da própria sociedade com determinadas pessoas que as julgam, unicamente, por serem quem são, faz com que o lado de dentro da casa – o espaço privado – seja, talvez, o único lugar onde exista real segurança, podendo-se então, agir nele com liberdade e naturalidade. A cidade de Chapecó foi formada a partir de situações de marginalização e exclusão de minorias, o que criou um cenário conservador que prioriza e edifica aqueles que dizimaram povos indígenas e expulsaram os caboclos de seus lugares. As práticas espaciais da formação do espaço urbano e regional, alicerçadas em ações oficiais desde 1917, se perpetuam na sociedade atual. Talvez os alvos tenham mudado, ou então alvos foram acrescentados, mas a marginalização segue sendo reproduzida.

7. Referências

- ALBA, Rosa Salete. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis - SC.
- ALBA, Rosa Salete. Santos, Verenice F. dos. Chapecó no contexto da migração campo/cidade. **Cadernos Ceom**. V.16, n.15, 2002. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2176>. Acesso em: 09 mar. 2024.
- BARROS, Aparecida da S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 36, nº. 131, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDcP7gr86Tf/?format=pdf&lang=pt>.
- BARP, Luiz F. G.; CATTANI, Daian; VARGAS, Myriam A.; SILVA, Lucas G. O surgimento do movimento LGBT no Oeste de Santa Catarina: desafios e lutas na construção da cidadania. **História: Questões & Debates**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/67209/45851>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- BENDER, Pablo Martin. GÓES, Eda Maria. As disputas e a lógica fragmentária: novas relações entre espaços públicos e privados em Chapecó-SC. **Caminhos de Geografia: Uberlândia**. v. 23, n. 85, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/RCG238557336>. Acesso em: jun. 2025.
- BRAIBANTE, Mara E.; SILVA, Denise; BRAIBANTE, Hugo T. S.; PAZINATO, Maurícius Selvero. A química dos chás. **Quím. nova esc.** – São Paulo, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0104-8899.20140019>. Acesso em: jun. 2025.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CATALÃO, Igor; MAGRINI, Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. V.13, n.22, p.119-135, set./dez. 2017.

CATTANI, Daian. **Corpos em Aliança: as lutas LGBT em Chapecó/SC**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Mestrado em Psicologia Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis - SC.

CORDEIRO, Graça Índias. Sociabilidade Urbana. **Ponto Urbe [Online]**. 3 | 2008, posto online no dia 31 julho de 2008. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1838>.

CZAPLA, Paloma. As derivas do sistema sexo/gênero: do corpo-inscrição ao corpo-manifesto. Rio de Janeiro: **Revista brasileira de estudos da homocultura**, Vol. 02, N. 04, 2019.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia**. Madri: Catarata, 2011.

GALLEGO CAMPOS, Fernando R. Futebol e festejos no espaço de representação do futebol amador amazonense. **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4309>. Acesso em: 08 mar. 2024.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC) para além de polo regional, uma cidade média no oeste catarinense**. 2011. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local 1945 – 1965**. Chapecó: Argos, 2001.

HEIDRICH, Álvaro. Vínculos territoriais: discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEographia**, Niterói, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13784/8984/53145>. Acesso em: 12 abr. 2022.

hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Chapecó**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 24/02/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **REGIC**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>.

INDOVINA, Francesco. Espaço público: Tópicos sobre sua mudança. **Cidades – comunidades e territórios**, n. 05, p. 119-123, dez. 2002.

KESCHNER, Bruna. **Espaços (semi)públicos de sociabilidade juvenil em Chapecó**. 2017. Monografia (Graduação em Geografia) – Curso de Geografia – Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MATIELLO, Alexandre; VILLELA, Ana Laura Vianna; FUJITA, Camila; OTSUSCHI, Cristina; ALBA, Rosa Salete. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, M. E. B.; MAIA, D. S. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora UNESP, 2016. p. 171-319.

MOTTER, Crislaine. **A cidade de Chapecó e suas centralidades: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2016.

NALIN, Vinícios. **Corpos à margem: performance e performatividade queer nos espaços de representação em Chapecó/SC**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023.

PETROLI, Francimar I. S. **Um “desejo de cidade”, um “desejo de modernidade” (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual: Políticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223p.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel**: Seleção, tradução, introdução e bibliografia. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.